previstas na legislação aplicável, as seguintes atribuições: planejar, coordenar e solicitar do Contratado e de seus prepostos ou obter do Contratante, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento da execução do objeto do contrato, devendo anexar aos autos do processo correspondente cópia dos documentos escritos que comprovem as solicitações de providências. Art. 3º Compete ao Fiscal do contrato, além das demais funções previstas na legislação aplicável, as seguintes atribuições: I - Exigir fiel cumprimento do contrato e de seus aditivos pelo Contratado; II - Solicitar assessoramento técnico, caso necessário; III - Verificar e atestar as notas fiscais e encaminhá-las, caso aprovadas, para posterior pagamento; IV - Zelar pela fiel execução do objeto e pleno atendimento às especificações explícitas ou implícitas; V - Controlar a qualidade e quantidade dos materiais utilizados e dos serviços executados, rejeitando aqueles julgados não satisfatórios; VI - Assistir o Contratado na escolha dos métodos executivos mais adequados; VII - Exigir do Contratado a modificação de técnicas inadequadas, para melhor qualidade na execução do objeto adquirido; VIII - Verificar a adequabilidade dos recursos empregados pelo Contratante, exigindo a melhoria dos serviços dentro dos prazos previstos; IX - Anotar em expediente próprio as irregularidades encontradas, as providências que determinou, os incidentes verificados e o resultado dessas medidas; X - Estabelecer diretrizes, dar e receber informações sobre a execução do contrato; XI - Determinar a paralisação da execução do contrato quando, objetivamente, for constatada uma irregularidade que precisa ser sanada, agindo com firmeza e prontidão; XII - Emitir atestados ou certidões de avaliação dos serviços prestados ou daquilo que for produzido pelo Contratado; XIII - Conhecer detalhadamente o contrato e as cláusulas nele estabelecidas; XIV - Levantar ao conhecimento dos seus superiores aquilo que ultrapassar às suas possibilidades de correção; XV - Indicar ao Gestor serviços mal executados ou não executados e sugerir a aplicação de penalidades ao Contratado em face do inadimplemento das obrigações; XVI - Confirmar a execução dos serviços efetivamente realizados dos cronogramas de execução do objeto contratado. Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário. GABINETE DO DIRETOR PRESIDENTE, em 05 de agosto de 2024. GUSTAVO PAIVA WEYNE RODRIGUES - DIRETOR PRESIDENTE.

PORTARIA Nº 110/2024 - SAAE - DISPÕE ACERCA DA DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES PARA EXERCEREM AS FUNÇÕES DE GESTOR E FISCAL DO CONTRATO Nº 019/2024 - SAAE. O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SOBRAL, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 68, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Sobral, CONSIDERANDO que, conforme disposto nos arts. 58, inciso III, e 67 da Lei Federal nº 8.666/1993, compete à Administração Pública acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos através de representantes especialmente designados para tal finalidade; CONSIDERANDO os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como a necessidade de aperfeiçoar procedimentos relativos à gestão, acompanhamento e fiscalização dos contratos administrativos firmados no âmbito do Município de Sobral; CONSIDERANDO a Recomendação nº 001/2022 - CGM, expedida pela Controladoria Geral do Município, que recomenda às autoridades máximas dos órgãos e autarquias municipais que sejam designados servidores distintos para atuar em funções de gestor e fiscal de contrato; RESOLVE: Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para exercerem, respectivamente, as funções de Fiscal e Gestor do contrato administrativo nº 019/2024 - Saae, cujo objeto é a contratação de empresa para a prestação dos serviços de locação de equipamentos de informática, incluindo instalação, suporte técnico e manutenção preventiva e corretiva in-loco, troca de peças e componentes necessários à manutenção e fornecimento de insumos necessários à não interrupção dos serviços (exceto papel). Aos referidos servidores competirá, além das atividades descritas nesta Portaria, todas as demais atribuições previstas na legislação pertinente. I - FISCAL: Sr. Antônio Cleverson Belarmino Xavier, matrícula nº 46135, Assistente Técnico Administrativo, tendo como Suplente a Sra. Paloma Rodrigues Oliveira De Moura, matrícula nº 46664, Assistente Técnico Administrativo II - GESTOR: Sr. Francisco Jocélio Neves dos Santos, matrícula nº 37917, Assessor da Tecnologia da Informação, tendo como Suplente a Sra. Weslla Crys Lourenço Borges, matrícula nº 38010, Assessora Técnica. Art. 2º Ao Gestor do contrato incumbem, além das demais funções previstas na legislação aplicável, as seguintes atribuições: planejar, coordenar e solicitar do Contratado e de seus prepostos ou obter do Contratante, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento da execução do objeto do contrato, devendo anexar aos autos do processo correspondente cópia dos documentos escritos que comprovem as solicitações de providências. Art. 3º Compete ao Fiscal do contrato, além das demais funções previstas na legislação aplicável, as seguintes atribuições: I - Exigir fiel cumprimento do contrato e de seus aditivos pelo Contratado; II - Solicitar assessoramento técnico, caso necessário; III - Verificar e atestar as notas fiscais e encaminhá-las, caso aprovadas, para posterior pagamento; IV

- Zelar pela fiel execução do objeto e pleno atendimento às especificações explícitas ou implícitas; V - Controlar a qualidade e quantidade dos materiais utilizados e dos serviços executados, rejeitando aqueles julgados não satisfatórios; VI - Assistir o Contratado na escolha dos métodos executivos mais adequados; VII - Exigir do Contratado a modificação de técnicas inadequadas, para melhor qualidade na execução do objeto adquirido; VIII - Verificar a adequabilidade dos recursos empregados pelo Contratante, exigindo a melhoria dos serviços dentro dos prazos previstos; IX - Anotar em expediente próprio as irregularidades encontradas, as providências que determinou, os incidentes verificados e o resultado dessas medidas; X - Estabelecer diretrizes, dar e receber informações sobre a execução do contrato; XI - Determinar a paralisação da execução do contrato quando, objetivamente, for constatada uma irregularidade que precisa ser sanada, agindo com firmeza e prontidão; XII - Emitir atestados ou certidões de avaliação dos serviços prestados ou daquilo que for produzido pelo Contratado; XIII - Conhecer detalhadamente o contrato e as cláusulas nele estabelecidas; XIV - Levantar ao conhecimento dos seus superiores aquilo que ultrapassar às suas possibilidades de correção; XV - Indicar ao Gestor serviços mal executados ou não executados e sugerir a aplicação de penalidades ao Contratado em face do inadimplemento das obrigações; XVI - Confirmar a execução dos serviços efetivamente realizados dos cronogramas de execução do objeto contratado. Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário. GABINETE DO DIRETOR PRESIDENTE, em 16 de agosto de 2024. GUSTAVO PAIVA WEYNE RODRIGUES - DIRETOR PRESIDENTE.

CÂMARA MUNICIPAL DE SOBRAL

PORTARIA Nº 889 DE 06 DE AGOSTO DE 2024. A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SOBRAL, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO que as Funções Comissionadas deverão estar em pleno acordo e convenção com a nova composição da Mesa Diretora para o biênio CONSIDERANDO que as Funções Comissionadas são declaradas em Lei de livre nomeação e exoneração. RESOLVE: Art. 1º Fica concedida função comissionada ao servidor abaixo relacionado em reposição a função anteriormente exercida por servidor exonerado através do Ato de exoneração nº 090/24. Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário. PAÇO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SOBRAL, em 06 de agosto de 2024. MARIA SOCORRO BRASILEIRO MAGALHÃES - PRESIDENTE.

SERVIDOR	FUNÇÃO	DESCRIÇÃO
LEONIDAS ROGERIO DE ALMEIDA	FC5	Assessoria da administração*

* Assessorar a diretoria em termos estratégicos e prioritários para a chefia, bem como elaborar requerimentos discursos, artigos e outros materiais de comunicação institucionais.

OUTRAS PUBLICAÇÕES

CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE SOBRAL - COMPAC

ATA Nº 03/2024 - Aos 19 (dezenove) dias do mês de junho do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro), às 8h30, por meio de videoconferência via Google Meet, iniciou-se a sexta reunião ordinária do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural - COMPAC. Edilberto Florêncio dos Santos, conduz a reunião representando a presidência e inicia cumprimentando e agradecendo a participação dos conselheiros presentes no encontro. Participaram da Reunião os seguintes conselheiros Representantes Governamentais: Edilberto Florêncio dos Santos (suplente da Secretaria da Cultura e Turismo de Sobral), Kelson Araujo Albuquerque (Procuradoria Geral do Município), José Filizola de Abreu Neto (suplente da Secretaria do Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente), Cicera Sarah Moura Farias (Suplente Autarquia Municipal do Meio Ambiente), Ana Caroline Alves Parente Nogueira (titular do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e Nadine Siqueira Prado (titular da Secretaria da Infraestrutura). E com os seguintes Representantes da Sociedade Civil: Francisco Dênis Melo (suplente da Universidade Estadual Vale do Acaraú), Guilherme Araújo Freire (Titular da Universidade Federal do Ceará), Chrislene Carvalho dos Santos Pereira Cavalcante (suplente da Associação Nacional de História) e Nilson Almino de Freitas (titular da Associação Brasileira de Antropologia). Participou como convidado Genilson da Conceição Oliveira (Secretaria da Cultura e Turismo). Edilberto Florêncio dos Santos, iniciou os trabalhos procedendo o processo de aprovação da ata da 2ª reunião extraordinária do COMPAC, sendo esta aprovada por todos os presentes. Em sequência deram-se os seguintes informes, Francisco Dênis Melo (suplente da Universidade Estadual Vale do Acaraú) convida todos para o encontro "Numismático Sobralense: História e Coleccionismo" que acontecerá na Casa da Cultura de Sobral no turno da noite. Sem mais informes, Edilberto Florêncio dos Santos inicia a pauta principal da reunião apresentando, por meio de slide, o

caminho realizado pelo COMPAC em relação aos processos de instrução de tombamento e registro dos bens patrimoniais de Sobral. Em seguida apresenta o artigo primeiro do parágrafo sexto da resolução n.º03/2024-COMPAC/SOBRAL que dispõe sobre a instrução dos processos de tombamento e registro dos bens culturais, aprovada pelo conselho e apresenta a lista de bens tombados revisados e aprovados pelos comitês de patrimônio material e imaterial do COMPAC. Após este momento foi aberto o espaço para considerações dos conselheiros da proposta, inicialmente trazido pelo comitê temático do patrimônio imaterial da utilização de recursos do Fundo do Patrimônio Cultural - FUMPAC para a instrução dos processos de registros de tombamentos dos dezenove bens revalidados pelo COMPAC, sendo eles: Theatro São João, Arco N. Senhora de Fátima, Museu Dom José, Catedral da Sé, Igreja do Rosário, Igreja do Menino Deus, Igreja São Francisco, Igreja do Patrocínio, Abrigo Coração de Jesus, Conjunto arquitetônico da Universidade Estadual Vale do Acaraú (Antigo Seminário S. José), Colégio Sant'Ana, Fontes Olho D'água do Pajé, Reserva Ambiental Pedra da Andorinha e seu complexo (como patrimônio material), e Bois e Reisados de Sobral, O saber fazer dos fartes de Sobral, Procissão e Festejos de São Francisco, Procissão e Festejos de N. Sra da Conceição, Becco do Cotovelo e As manifestações culturais e religiosas dos povos e comunidades tradicionais de matriz Afro-indígena (como patrimônio imaterial). A proposta foi aprovada por unanimidade pelos conselheiros presentes na reunião Prosseguindo, José Filizola de Abreu Neto (suplente da Secretaria da Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente) sugere que a presidência do COMPAC apresente atualizações sobre o andamento da obra do Theatro São João, com imagens e relatórios do fiscal que acompanha a obra com objetivo de deixar os conselheiros cientes do processo atual. Nadine Siqueira Prado (titular da Secretaria da Infraestrutura) ressalta que o fiscal da obra registra no sistema de acompanhamento de obras disponibilizado pela Secretaria da Infraestrutura relatório fotográfico da obra, pois o mesmo é necessário para fins de comprovação de pagamento conforme o realizado. Edilberto Florêncio dos Santos (suplente da Secretaria da Cultura e Turismo de Sobral) salienta que a obra do Theatro São João tem boa parte de foco na parte estrutural interna, mas que é muito importante para o prédio e exemplifica a atualização dos cabos elétricos. Francisco Dênis Melo (suplente da Universidade Estadual Vale do Acaraú) pergunta sobre o processo das licitações de contratação das empresas que realizaram os serviços deste tipo, se são pessoas locais e ressalta a importância de ser pessoas que conheçam a história e importância do local. Edilberto Florêncio dos Santos (suplente da Secretaria da Cultura e Turismo de Sobral) respondeu que irá se informar com a comissão responsável pelas licitações e levará a demanda. Em seguida, Edilberto Florêncio dos Santos (suplente da Secretaria da Cultura e Turismo de Sobral) fala sobre a necessidade das audiências públicas e coloca a sugestão para o COMPAC analisar quais bens necessitam de audiências e como poderiam agrupá-las por temáticas. Cicera Sarah Moura Farias (Suplente Autarquia Municipal do Meio Ambiente) em vista de mobilização de participantes e logística, sugere condensar as audiências em no máximo duas. Nilson Almindo de Freitas (titular da Associação Brasileira de Antropologia) sugere que não seja chamado pelo nome de audiências públicas, mas que seja um evento que ao final tenha deliberações e justifica que o termo audiência pública poderia afastar ou inibir as pessoas de participar. Edilberto Florêncio dos Santos (suplente da Secretaria da Cultura e Turismo de Sobral) salienta que acolhe as colocações, mas a lei fala de audiências públicas e que de forma institucional deve ser tratada como audiência pública. E sugere como estratégia duas audiências específicas para a Pedra da Andorinha e Olho d'água do Pajé a ser realizadas nos distritos e fazer uma audiência geral para apresentar, a lei, as reformulações, o conselho, os bens e que livros de tombamento e registro o conselho pensou a alocação desses bens e outra relacionada às religiões afro ameríndias. Os conselheiros presentes acolhem a sugestão. Prosseguindo, Edilberto Florêncio dos Santos (suplente da Secretaria da Cultura e Turismo de Sobral) sugere a criação de um comitê para pensar as audiências. Francisco Dênis Melo (suplente da Universidade Estadual Vale do Acaraú), Nilson Almindo de Freitas (titular da Associação Brasileira de Antropologia), Guilherme Araújo Freire (Titular da Universidade Federal do Ceará) e Edilberto Florêncio dos Santos (suplente da Secretaria da Cultura e Turismo de Sobral) se dispõem a formar o comitê para pensar os eventos. Eu, Genilson da Conceição Oliveira, lavrei a Ata, que após lida, analisada e aprovada por este Conselho, será assinada por quem é de direito. Sobral, 19 de junho de 2024. EDILBERTO FLORÊNCIO DOS SANTOS - Presidente do COMPAC.

JUNTA DE ANÁLISE E JULGAMENTO DE PROCESSOS - JAP

EXTRATO DE DECISÃO CÂMARA TEMÁTICA DE TRANSPORTE URBANO E DISTRITAL - JAP - As Autoridades julgadoras da 1ª instância - JAP, no uso de suas atribuições determinadas no Decreto 3.390/2024 da Junta de Análise e Julgamento de Processos de Fiscalização Urbana do Município de Sobral, e ainda em conformidade ao Decreto nº 3.391/2024, que designa os membros que a compõem, e tendo em vista Defesa de Auto de Infração apresentada por - FRANCISCO ROGERIO DE SOUSA MESQUITA inscrito no CPF: 486.885.413-53, já devidamente qualificado nos autos do Processo nº SA027410/2024. RESOLVE: pelo não conhecimento da defesa de auto de infração apresentada, considerando a revelia do autuado, ante a intempestividade. Determina-se a publicação desta decisão. Sobral, 15 de Agosto de 2024. YAN LUCAS E SILVA

VASCONCELOS - Coordenador da Câmara Temática de Transportes Urbano e Distrital - AUTORIDADE JULGADORA DE 1º INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA - NYCHOLAS ARAÚJO CARNEIRO - Titular da Câmara Temática de Transportes Urbano e Distrital - AUTORIDADE JULGADORA DE 1º INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA - IGOR SALES DE SOUSA - Titular da Câmara Temática de Transportes Urbano e Distrital - AUTORIDADE JULGADORA DE 1º INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA.

EXTRATO DE DECISÃO CÂMARA TEMÁTICA DE TRANSPORTE URBANO E DISTRITAL - JAP - As Autoridades julgadoras da 1ª instância - JAP, no uso de suas atribuições determinadas no Decreto 3.390/2024 da Junta de Análise e Julgamento de Processos de Fiscalização Urbana do Município de Sobral, e ainda em conformidade ao Decreto nº 3.391/2024, que designa os membros que a compõem, e tendo em vista Defesa de Auto de Infração apresentada por - FRANCISCO ROGERIO DE SOUSA MESQUITA inscrito no CPF: 486.885.413-53, já devidamente qualificado nos autos do Processo nº SA027408/2024. RESOLVE: pelo não conhecimento da defesa de auto de infração apresentada, considerando a revelia do autuado, ante a intempestividade. Determina-se a publicação desta decisão. Sobral, 15 de Agosto de 2024. YAN LUCAS E SILVA VASCONCELOS - Coordenador da Câmara Temática de Transportes Urbano e Distrital - AUTORIDADE JULGADORA DE 1º INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA - NYCHOLAS ARAÚJO CARNEIRO - Titular da Câmara Temática de Transportes Urbano e Distrital - AUTORIDADE JULGADORA DE 1º INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA - IGOR SALES DE SOUSA - Titular da Câmara Temática de Transportes Urbano e Distrital - AUTORIDADE JULGADORA DE 1º INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA.

EXTRATO DE DECISÃO CÂMARA TEMÁTICA DE TRANSPORTE URBANO E DISTRITAL - JAP - As Autoridades julgadoras da 1ª instância - JAP, no uso de suas atribuições determinadas no Decreto 3.390/2024 da Junta de Análise e Julgamento de Processos de Fiscalização Urbana do Município de Sobral, e ainda em conformidade ao Decreto nº 3.391/2024, que designa os membros que a compõem, e tendo em vista Defesa de Auto de Infração apresentada por - FRANCISCO ROGERIO DE SOUSA MESQUITA inscrito no CPF: 486.885.413-53, já devidamente qualificado nos autos do Processo nº SA027409/2024. RESOLVE: pelo não conhecimento da defesa de auto de infração apresentada, considerando a revelia do autuado, ante a intempestividade. Determina-se a publicação desta decisão. Sobral, 15 de Agosto de 2024. YAN LUCAS E SILVA VASCONCELOS - Coordenador da Câmara Temática de Transportes Urbano e Distrital - AUTORIDADE JULGADORA DE 1º INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA - NYCHOLAS ARAÚJO CARNEIRO - Titular da Câmara Temática de Transportes Urbano e Distrital - AUTORIDADE JULGADORA DE 1º INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA - IGOR SALES DE SOUSA - Titular da Câmara Temática de Transportes Urbano e Distrital - AUTORIDADE JULGADORA DE 1º INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA.

LICENÇAS AMBIENTAIS

EXTRATO DE RECEBIMENTO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO - O Serviço Autônomo de Água e Esgoto (Saae) de Sobral, torna público que recebeu da Agência Municipal do Meio Ambiente (AMA) de Sobral a Licença de Operação nº 42/2024 com validade até 12/08/2027, Processo PROADI P255887/2023, referente a Regularização da Licença de Operação para o Sistema de Abastecimento de Água de Bonfim, contemplando 01 (uma) Estação Elevatória de Água Bruta; 01 (uma) Estação de Tratamento de Água; 01 (uma) Estação Elevatória de Água Tratada e 02 (dois) Centros de Reservação. A água bruta é captada superficialmente do Rio Acaraú (Coordenadas UTM: 345530,084 m E; 9582915,239 m S), a uma vazão de 1,54 L/s para abastecimento de aproximadamente 370 ligações (1.476 habitantes), no Município de Sobral - CE. Foi determinado o cumprimento da legislação ambiental em vigor. Sobral, 16 de agosto de 2024. Gustavo Paiva Weyne Rodrigues - Diretor-Presidente do SAAE.

EXTRATO DE RECEBIMENTO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO - O Serviço Autônomo de Água e Esgoto (Saae) de Sobral, torna público que recebeu da Agência Municipal do Meio Ambiente (AMA) de Sobral a Licença de Operação nº 53/2024 com validade até 12/08/2027, Processo PROADI P255882/2023, referente a Regularização da Licença de Operação para o Sistema de Abastecimento de Água de Caracará, contemplando 01 Estação Elevatória de Água Bruta; 01 Estação de Tratamento de Água e 01 (um) Centro de Reservação. A água bruta é captada superficialmente do Rio Aracatiçu (Coordenadas UTM: 387194,726 m E; 9589162,900 m S), a uma vazão de 0,83 L/s para abastecimento de aproximadamente 208 ligações (800 habitantes), no município de Sobral. Foi determinado o cumprimento da legislação ambiental em vigor. Sobral, 16 de agosto de 2024. Gustavo Paiva Weyne Rodrigues - Diretor-Presidente do SAAE.